



MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO

Procuradoria Geral do Município

Parecer Jurídico

Processo Administrativo: 5.338/2025

Requerente: AGENTE DE CONTRATAÇÃO/PREGOEIRA

Assunto: Impugnação ao edital de licitação PREGÃO ELETRÔNICO N. 1/2025 pela empresa CCOM TELECOM SERVIÇO LTDA ME. Pelo deferimento.

A empresa **CCOM TELECOM SERVIÇO LTDA ME** impugnou o edital de licitação Pregão Eletrônico n. 01/2025, que tem por objeto a contratação de empresa especializada para prestação de serviço de links de internet.

O recurso é tempestivo.

A empresa alega ilegalidade na exigência de mera declaração quanto à Resolução Conjunta n. 4/2024 da ANATEL/ANEEL e ausência de justificativa para a contratação de link de 920Mbps.

1 – DA AUSÊNCIA DE JUSTIFICATIVA PARA A CONTRATAÇÃO DE LINK DE INTERNET DE 920 Mbps:

À ausência de justificativa base na impugnação do edital PREGÃO ELETRÔNICO N. 1/2025, anexada no evento #1, apresentada pela empresa CCOM TELECOM SERVIÇO LTDA ME e na resposta à impugnação pelo Secretário Municipal de Planejamento, conforme anexada no evento #2, opino pela suspensão da licitação para adequar o edital e documentos antecedentes, estudo técnico preliminar – ETP e termo de referência, às sugestões emanadas no Acórdão n. 6707/2025 do Plenário Virtual proferido nos autos do processo n. TCE-RJ Nº 251.177-6/24, conforme anexado no evento #1.

De outro giro, coloco os pontos controvertidos que deverão ser objeto de estudo técnico preliminar – ETP e termo de referência, conforme demonstrado no v. Acórdão n. 6707/2025 do TCE-RJ, restou como elementos para anulação do edital:

(vii)





MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO

Procuradoria Geral do Município

Ausência de estudo técnico preliminar que comprove o aumento da necessidade de capacidade para 920Mbps e, conseqüentemente, o aumento do valor. Com relação a esta irregularidade, considerando que o tema circunda questão técnica de TI, valho-me do exame igualmente técnico da coordenadoria especializada de Tecnologia da Informação deste Tribunal de Contas – a CAD-TI –, que se manifestou quanto à opção administrativa adotada pelo município em face do rápido avanço tecnológico dos serviços ofertados pelo mercado, e da respectiva ausência de justificativas no Estudo Técnico Preliminar para o fato. Vejamos o pequeno excerto da manifestação técnica:

(...)

De acordo com a área técnica de TI desta Corte, portanto, "o escrutínio dos instrumentos de planejamento do ente não permite compreender as razões técnicas e econômicas que levaram a administração a optar pela capacidade de 920 Mbs de taxa de download quando a necessidade da municipalidade em termos de qualidade do serviço prestado à população poderia ser satisfeita com a contratação, por exemplo, de links com capacidade de download de 500 Mbs ou outra velocidade comprovadamente suficiente e adequada, do que certamente poderia decorrer economia de dispêndios a serem realizados pelo município na execução contratual".

Conclui-se, pois, com base no exame técnico realizado, que diante da completa ausência de justificativas técnico-econômicas no Estudo Técnico Preliminar que avalizem a necessidade de aumento da capacidade dos links de internet para a taxa de download de 920mbps, a irregularidade suscitada pela Representante deve ser considerada procedente.

(viii)

Não foi apresentada qualquer outra alternativa para o Município, a não ser a contratação de empresas para o fornecimento do referido objeto. Na realidade, a irregularidade noticiada diz respeito à deficiência de justificativa quanto às formas de atendimento da necessidade administrativa e à definição da contratação da maneira que foi efetivada.

O tema suscitou divergência entre o corpo instrutivo e o órgão ministerial. Enquanto o primeiro considerou a questão procedente, tendo em vista que o ETP considerou apenas uma opção para o atendimento da necessidade administrativa, o segundo reputou improcedente, sob o entendimento de inexistir uma alternativa real, já que os serviços de conectividade somente podem ser operados por empresas privadas.



MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO

Procuradoria Geral do Município

Diante da divergência, filio-me ao posicionamento do corpo técnico, na medida em que as opções de atendimento da necessidade administrativa não dizem respeito apenas ao fornecedor do serviço, mas também às formas de atendimento de uma dada demanda. A título de exemplo, cito as possibilidades de licitar, de aderir a um sistema de registro de preços ou de celebrar convênio com ente público para prover esse atendimento.

Ainda como exemplo, cito matéria jornalística veiculada em 2021, abaixo colacionada, acerca de um movimento do Governo do Estado para auxiliar os 92 municípios no que tange à conectividade. Ainda que a situação não sirva para o presente caso, dada a sua extemporaneidade, demonstra haver alternativas possíveis para atendimento da necessidade municipal:"

Neste ponto, cita matéria de que o "Governo estadual contrata operadora de internet com promessa de economia de 74% no custo" (vide acórdão)

Com efeito, concordo com a CAD-TI no tocante à constatação de que "a Nova Lei das Licitações requer que a gestão pública promova um amplo levantamento de mercado visando identificar diversas alternativas mercadológicas para o atendimento à necessidade de contratação e que, diante destas alternativas, se avalie técnica e economicamente a melhor opção a ser contratada, o que não se amolda à análise apresentada no Estudo Técnico Preliminar de nº 002/2024".

Dessa maneira, divirjo do parecer do Ministério Público Especial quanto ao ponto e convirjo com a análise da CAD-TI, para considerar a irregularidade procedente.

Sendo assim, entendo que estes são os pontos controvertidos que deve a Administração se ater para a confecção do ETP e termo de referência, de modo que:

Quanto ao item **viii**, deverá a Administração justificar e demonstrar ser a contratação mais vantajosa, devendo realizar um levantamento amplo das alternativas disponíveis e, com base nas mesmas, aferir-se a vantajosidade do objeto a ser licitado conforme o objeto do Pregão Eletrônico n. 1/2025.

Quanto ao item **vii**, deverá a Administração esclarecer o porquê da contratação de necessidade de link de 920Mbps, dedicado, e se outros com potenciais menores atendem à Administração, considerando que numa





MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO

Procuradoria Geral do Município

licitação o que se objetiva é o menor preço para uma contratação eficiente, e o certame deve basear-se em ETP que demonstre o quê e o porquê vai ser contratado, e, nesse sentido, se links com menores capacidades e menores preços atendem à demanda da Administração, **tendo a empresa impugnante narrado que não há justificativas técnicas e econômicas que sustentassem a elevação da taxa de download para 920 Mbps, quando o histórico da Administração Municipal indicava o uso de apenas 50 Mbps, devendo, neste ponto, o setor competente de informática justificar a contratação de link e 920Mbps.**

2 – DA ILEGALIDADE DE EXIGÊNCIA DE MERA DECLARAÇÃO QUANTO À RESOLUÇÃO CONJUNTA Nº 4/2024 DA ANATEL/ANEEL:

E, quanto ao alegado pela empresa impugnante, quanto à habilitação da empresa, no que se refere ao item 9.10.1 do edital, ou seja, quanto à Resolução Conjunta da ANEEL/ANATEL, entendo que a sua necessidade não foi demonstrada para licitar, uma vez que a resolução refere-se exclusivamente ao preço que a ANEEL/ANATEL aprovaram para o compartilhamento de postes entre distribuidoras de energia elétrica e prestadoras de serviços de telecomunicações, considerando que é de entendimento jurisprudencial que na licitação não pode haver empecilhos desnecessários, mas meramente burocráticos, que podem caracterizar cerceamento a interessados em licitar e contratar com a Administração, o que fere o princípio do formalismo moderado.

Numa leitura da Resolução Conjunta n. 4/2024, de 16 de dezembro de 2024, da ANEEL/ANATEL verifica-se que refere-se à utilização dos postes por empresas de telecomunicações, e estabelece direitos, obrigações e o encargos entre elas na utilização dos pontos (postes) cujo valor é de R\$ 3,19 para ponto de fixação, e tal refere-se ao âmbito de interesses das empresas de





MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO

Procuradoria Geral do Município

telecomunicações junto à ANATEL e ANEEL e, em nenhum momento, exige uma declaração para o seu cumprimento para que a empresa de telecomunicações possa participar de licitação, o que entendo ferir o princípio da competitividade, nos termos do art. 5º da Lei 14.133/21, e, desse modo, opino pelo deferimento da impugnação, neste ponto, devendo se retirado do edital a exigência da letra K da cláusula 9.10.1, que dispõe ***que a empresa atende todas as exigências elencadas na Resolução conjunta nº 4, de 16 de dezembro de 2014, que aprova o preço de referência para o compartilhamento de postes entre distribuidores de energia elétrica e prestadoras de serviços de telecomunicações***, considerando que se trata de declaração meramente declaratória da própria empresa interessada que em nada interfere na habilitação da mesma na licitação.

Diante do exposto, **opino pelo deferimento *in totum*** da impugnação apresentada pela empresa **CCOM TELECOM SERVIÇO LTDA ME**, conforme anexada no evento #1 dos presentes autos e pela suspensão da licitação até serem sanadas as situações acima narradas.

À Divisão de Licitação para providências.

São José do vale do Rio Preto, 16 de abril de 2025.

VICTOR HUGO LAGRECA CSAMASSO
Advogado do Município
OAB/RJ 88801





MUNICIPIO SÃO JOSE DO VALE DO RIO PRETO

RUA PROFESSORA MARIA EMÍLIA ESTEVES, Nº 691 - CENTRO

SJVRP/RJ - CEP: 25780-000

FONE (24) 2224-7404



CÓDIGO DE ACESSO

38B44585B46A4CCC8034BBD6EFD9DC53

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Este documento foi assinado digitalmente/eletronicamente pelos seguintes signatários nas datas indicadas

Para verificar a validade das assinaturas acesse o link abaixo

<https://sjvriopreto.flowdocs.com.br/public/assinaturas/38B44585B46A4CCC8034BBD6EFD9DC53>